

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados. Em 31 de dezembro de 2020 a empresa administrava 33 grupos de consórcios (32 grupos em 31 de dezembro de 2019) com uma base de clientes ativos de 16.979 consorciados (18.025 consorciados ativos 31 de dezembro de 2019) e 8.918 bens entregues (7.078 de bens entregues em 31 de dezembro de 2019).

Eventos Societários

Os sócios da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., se reuniram em 5 de agosto de 2019 e deliberaram pela aprovação da eleição do Sr. Fabien Jean Michel Tournier para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia com sua posse condicionada à aprovação pelo Banco Central do Brasil a qual ocorreu em 18 de março de 2020, ocasião em que a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli é exonerada deste cargo. Do lucro líquido constituído em 31 de dezembro de 2020 haverá distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 1.625, respeitando a determinação da resolução 4.885 que limita a 30% do lucro líquido ajustado. O pagamento dos dividendos ocorrerá no primeiro semestre de 2021.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$ 14.465 milhões em 31 de dezembro de 2020, apresentando evolução de 70,0% em relação a R\$ 8.527 milhões em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5,7 milhões (31/12/2019 - R\$ 2,4 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos totais atingiram R\$ 19.873 milhões (31/12/2019 - R\$ 14.987 milhões). Desse montante destacamos R\$ 13.935 milhões de Títulos e Valores Mobiliários

reconhecidos no ativo realizável a longo prazo. Em 31 de dezembro de 2020, o exigível total atingiu R\$ 5.408 milhões (31/12/2019 - R\$ 6.460 milhões), representado, por Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias no montante de R\$ 394 mil (31/12/2019 - R\$ 207 mil) e Outras Obrigações - Diversas atingiu R\$ 5.014 milhões (31/12/2019 - R\$ 6.253 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não procurados, pendentes de recebimento - Grupos encerrados e acordos comerciais.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência o auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no período findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, a Administradora de Consórcio RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administradora da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 30 de março de 2021

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante		1.116	1.022
Disponibilidades		22	7
Títulos e valores mobiliários	4	467	457
Livres		467	457
Carteira própria - Cotas de fundos de investimentos	4.a	467	457
Outros créditos	5	627	558
Rendas a receber		627	558
Realizável a longo prazo		18.452	13.660
Títulos e valores mobiliários	4	13.935	7.066
Livres		13.935	7.066
Carteira própria	4.b	13.935	7.066
Outros créditos	5	3.540	5.557
Créditos específicos	5.a	1.130	1.271
Diversos		2.410	4.286
Crédito tributário	6	977	1.037
Ativo permanente		305	305
Imobilizado de uso		305	305
Total do ativo		19.873	14.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante		2.270	2.507
Outras obrigações		2.270	2.507
Fiscais e previdenciárias		394	207
Diversas	7	1.876	2.300
Exigível a longo prazo		3.138	3.953
Diversas	7	3.138	3.953
Patrimônio líquido		14.465	8.527
Capital social	9.a	7.270	7.270
De domiciliados no País		5	5
De domiciliados no exterior		7.265	7.265
Reserva de lucro	9.b	7.195	1.257
Total do passivo e patrimônio líquido		19.873	14.987

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		123	264	339
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		123	264	339
Resultado bruto da intermediação financeira		123	264	339
Outras receitas (despesas) operacionais		3.978	8.313	3.001
Receita de prestação de serviços	10	20.107	41.210	43.772
Despesas gerais e administrativas	11	(15.319)	(31.610)	(40.701)
Despesas tributárias		(1.018)	(2.215)	(1.626)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	208	928	1.556
Resultado antes da tributação sobre lucros		4.101	8.577	3.340
Imposto de renda e contribuição social	6	(1.383)	(2.875)	(906)
Imposto de renda - corrente		(968)	(1.897)	(329)
Contribuição social - corrente		(352)	(691)	(127)
Ativo fiscal diferido		(63)	(287)	(450)
Resultado líquido do período		2.718	5.702	2.434
Resultado líquido por ação - R\$		0,37	0,78	0,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante e não circulante		145.236	99.548
Depósitos bancários		4.073	4.028
Aplicações financeiras	14	45.353	32.907
Disponibilidade dos grupos		7.078	5.668
Vinculado a contemplações		38.144	27.239
Recursos de grupos em formação		131	-
Outros créditos		95.809	62.613
Bens retomados ou devolvidos		12	24
Direitos junto a consorciados contemplados	15	95.797	62.589
Compensação		1.133.688	1.362.365
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		7.053	10.235
Contribuições devidas aos grupos		582.081	689.991
Bens a contemplar		544.554	662.139
Total do ativo		1.278.923	1.461.913

Passivo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante e não circulante		145.236	99.548
Obrigações com consorciados		67.756	46.947
Valores a repassar		6.387	4.065
Contemplações a entregar		38.144	27.239
Recursos a devolver a consorciados		23.534	14.909
Recursos do grupo		9.415	6.388
Compensação		1.133.688	1.362.365
Recursos mensais a receber de consorciados		7.053	10.235
Obrigações dos grupos por contribuições		582.081	689.991
Bens a contemplar		544.554	662.139
Total do passivo		1.278.923	1.461.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES

DE GRUPOS - Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2020	2019
	Exercício	Exercício
Disponibilidades no início do período	36.935	23.698
Depósitos bancários	4.028	950
Aplicações financeiras	32.907	22.748
(+) Recursos coletados	145.381	120.183
Contribuições para aquisição de bens	99.415	71.450
Taxa de administração	38.515	39.746
Contribuições ao fundo de reserva	2.311	1.883
Rendimentos de aplicações financeiras	797	591
Multas e juros moratórios recebidos	497	398
Prêmios de seguros	1.076	1.395
Outros	2.770	4.720
(-) Recursos utilizados	(132.889)	(106.946)
Aquisição de bens	(86.265)	(60.855)
Taxa de administração	(39.032)	(42.086)
Multas e juros	(237)	(170)
Prêmios de seguros pagos	(1.087)	(1.451)
Devoluções a consorciados desligados	(1.672)	(153)
Outros	(4.596)	(2.231)
Disponibilidades no final do período	49.426	36.935
Depósitos bancários	4.073	4.028
Aplicações financeiras	45.353	32.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado líquido do período	2.718	5.702	2.434
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	-	-	-
Resultado abrangente do período	2.718	5.702	2.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido ajustado	2.718	5.702	2.434
Lucro líquido do período	2.718	5.702	2.434
Provisão para riscos cíveis, obrigações legais e previdenciárias	42	159	33
Imposto de renda e CSLL diferidos	63	287	450
Outros ajustes	-	-	11
Variações de ativos e passivos	(2.882)	(6.133)	(2.927)
Redução (aumento) em títulos valores mobiliários	(2.265)	(6.879)	(1.920)
Aumento (redução) em outros créditos	951	1.957	234
Redução (aumento) em outras obrigações	78	1.148	(789)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.646)	(2.359)	(452)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	(59)	15	1
Aumento (redução) líquido de disponibilidades	(59)	15	1
Disponibilidades no início do período	81	7	6
Disponibilidades no final do período	22	22	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		7.270	—	(1.188)	6.082
Resultado líquido do período		—	—	2.434	2.434
Ajustes exercícios anteriores		—	11	—	11
Transferência para reserva de lucro		—	1.246	(1.246)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2019		7.270	1.257	—	8.527
Resultado líquido do período		—	—	5.702	5.702
Ajustes exercícios anteriores		—	—	236	236
Transferência para reserva de lucro		—	5.938	(5.938)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020		9	7.270	7.195	14.465
Saldos em 30 de junho de 2020	9	7.270	4.241	—	11.511
Resultado líquido do período		—	—	2.718	2.718
Ajustes exercícios anteriores		—	—	236	236
Transferência para reserva de lucro		—	—	(2.954)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9	7.270	7.195	—	14.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)
1. Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

Impactos da Covid-19 nas demonstrações financeiras

A Administradora monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

A Administradora manteve no segundo semestre de 2020 as orientações dos agentes de saúde sobre a pandemia da COVID-19, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os colaboradores que prestam serviços a Administradora, foram orientados a permanecer em trabalho home office.

Vale destacar que a atividade da Administradora não é de atendimento ao público na estrutura física. Tais atividades são desempenhadas por meio de parceiros e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e com base na Resolução BCB nº 2, 12 de agosto de 2020, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado este regramento, a Administradora considera que o lucro líquido apurado no exercício de 2020, no montante de R\$ 5.702, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de março de 2021.

3. Principais práticas contábeis
3.1. Da Administradora
a. Resultado das operações

A taxa de administração, devida pelos participantes dos consórcios, é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme disposições da Circular BACEN nº 2381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado quando da realização da venda em consonância às disposições da Carta-Circular nº 2598 de 27 de novembro de 1995. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 dias.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

- Títulos disponíveis para venda: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou serem mantidos até o seu vencimento. A apresentação no balanço entre ativos circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos. Os rendimentos intrínsecos são reconhecidos na demonstração de resultado e os ajustes a valor de mercado, ainda não realizados, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

- Títulos mantidos até o vencimento: nessa categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A apresentação no balanço entre ativo circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos.

e. Ativo permanente

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

f. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

g. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

- Provisões para riscos: são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

i. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas, com base na apuração do lucro real, sobre as bases tributáveis, e as alíquotas, de acordo com a legislação fiscal vigente. Foi utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% (quando aplicável) sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal de imposto de renda e a base negativa de contribuição social, estão apresentados na nota explicativa 6.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e a expectativa de resultados futuros, e referem-se, principalmente, a diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

j. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

k. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos quotistas, proporcionalmente às respectivas quotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

3.2. Dos grupos de consórcio
a. Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Provisão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à provisão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras, conforme determina a Circular Bacen nº 2.381/93.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens, à razão de 8% a 19% sobre a referida contribuição.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

4. Títulos e valores mobiliários - Administradora

	Instituição	2020	2019
Circulante			
Carteira própria - Cotas de fundo de investimento (a)	Bradesco	467	457
Realizável Longo Prazo			
Carteira própria - Letras Cambiais	Banco RCI Brasil	13.935	7.066
Total		14.402	7.523

(a) Cotas de Fundo de Investimento administrado pelo Banco Bradesco S.A. com lastro em títulos públicos e não exclusivos, classificadas como disponíveis para venda, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

5. Outros créditos - Diversos

	2020	2019
Rendas a receber	627	558
Diversos		
Valores específicos de grupos de consórcio (a)	1.130	1.271
Impostos a compensar	2.410	4.286
Total	4.167	6.115
Circulante	627	558
Realizável a longo prazo	3.540	5.557

(a) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, registrados também no passivo conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 7 (b).

6. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre lucros	4.101	8.577	3.340
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(1.394)	(2.916)	(1.136)
Prejuízo compensado	-	59	206
Outros ajustes	236	236	11
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.383)	(2.875)	(906)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(63)	(287)	(450)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(1.320)	(2.588)	(456)

Em 31 de dezembro de 2020, a Administradora não possuía saldo de prejuízo fiscal (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2019) e de base negativa de contribuição social (R\$ 174 em 31 de dezembro de 2019).

A Administradora constituiu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 977 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.028 em 31 de dezembro de 2019).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

	31/12/2019	Constituições	Realizações	31/12/2020
Créditos Tributários				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisão para despesas com comissões	2.282	14.223	(15.317)	1.188
Provisão para serviços de consórcio	473	9.631 ¹	(9.415)	689
Provisão para bônus adicional	240	261	(240)	261
Provisão para contingências	297	812 ¹	(577)	532
Outros	(268)	587 ¹	(115)	204
Total base dos créditos	3.024	24.819	(25.665)	2.874
Imposto de renda diferido (25%)	756	6.379	(6.416)	719
Contribuição social diferido (9%)	272	2.296	(2.310)	259
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.028	8.675	(8.726)	977

¹ Em setembro de 2020 foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias não ativados em 30 de junho de 2020 no valor de R\$ 236.

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução 3.174/03, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de cinco anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data-base de 31 de dezembro de 2020, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Realização	Créditos Tributários	Valor Presente
2021		178	175
2022		671	658
2023		127	125
Total		977	958

O valor presente fora calculado mediante taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2020 correspondente a 2,00%.

7. Outras obrigações - Diversas

	2020	2019
Recursos a devolver a consorciados (a)	467	457
Recursos pendentes - Em cobrança judicial (b)	1.131	1.271
Credores diversos - País (c)	486	407
Provisão para riscos cíveis (Nota Explicativa nº 8)	532	373
Provisão para comissões e bônus adicional	1.449	2.522
Provisão para serviços de terceiros (d)	689	652
Outros (e)	260	571
Total	5.014	6.253
Circulante	1.876	2.300
Exigível a longo prazo	3.138	3.953

(a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.

(b) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados registrados no mesmo montante em contas do ativo na rubrica "Valores específicos de grupos de consórcio", conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 5 (a).

(c) Representam fornecedores a pagar e valores dos grupos encerrados que ainda não foram repassados para a administradora.

(d) Representam provisões para serviços de terceiros e auditoria externa.

(e) Representam valores a pagar a partes relacionadas e credores no exterior.

8. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2020, a Administradora possui provisão para passivos contingentes, a qual apresentou a seguinte movimentação no semestre e exercício:

	2020			2019		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo inicial	373	-	-	295	(44)	-
Reversão	(628)	(3)	(223)	(44)	-	-
Constituição	648	6	135	301	-	-
Saldo final	393	3	135	373	-	-
Quantidade	29	1	1	23	-	-

A Administradora possui em 31 de dezembro de 2020, outras 82 ações cíveis (61 em 2019) e 6 trabalhistas (1 em 2019), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 2.157 (R\$ 1.820 em 2019) e R\$ 696 (R\$ 58 em 2019), respectivamente. Dos processos cíveis, a Administradora possui um processo individualmente significativo de R\$ 505, onde trata-se de uma ação de cobrança.

9. Capital social

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

Do lucro líquido constituído em 2020 a Administradora destinará a distribuição de dividendos o montante de R\$ 1.625 a ser distribuído a seus acionistas no primeiro semestre de 2021, respeitando a determinação da Resolução 4.885 de 23 de dezembro de 2020 que alterou a Resolução 4.820 de 29 de maio de 2020, permitindo a distribuição limitado a 30% do lucro líquido ajustado.

10. Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio.

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de prestação de serviços	20.107	41.210	43.772

11. Despesas gerais e administrativas

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com comissões	7.652	17.145	30.619
Despesas de serviços técnicos	6.415	11.348	7.704
Propaganda e Publicidade	341	753	563
Serviços Administrativos	317	896	985
Outras despesas administrativas (a)	594	1.468	830
Total	15.319	31.610	40.701

(a) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, perdas com administração de consórcio, despesas com gravames, processamento de dados, despesas legais e judiciais, e viagens e estadias.

12. Outras receitas (despesas) operacionais

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a)	945	(59)	1.647
Resultado de Provisão de Comissão	(1.399)	(2.162)	(4.318)
Reversão de Provisão de Comissão (b)	682	3.204	4.051
Resultado de Variações Monetárias	22	82	200
Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 8)	(42)	(159)	(34)
Outras receitas operacionais (c)	-	22	10
Total	208	928	1.556

(a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.

(b) Representam reversão de bônus adicional de R\$ 240 referente pagamento sobre cotas ativas em dezembro de 2019 e reversão de comissão no valor de R\$ 2.964.

(c) Saldo composto substancialmente por provisão de auditoria e taxa de cartão de crédito.

13. Grupos de consórcio

Os controles contábeis dos grupos são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio, compostos apenas por automóveis, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Quantidades	
	31/12/2020	31/12/2019
Grupos administrados	33	32
Conсорciados ativos	16.979	18.025
Bens entregues no período	1.077	787
Bens entregues totais	8.918	7.078
Bens pendentes de entrega	946	1.130
Desistentes e excluídos totais	36.935	27.420
Desistentes e excluídos no período	3.381	7.141
Taxa de inadimplência	3,55%	1,06%

14. Aplicações financeiras - Grupos

	2020	2020	2019
	Instituição	2º Semestre	Exercício
Cotas de fundo de investimento - DI	*Bradesco	1.129	45.353
Total		1.129	45.353

(*) Cotas de fundo de investimento - DI administrado pelo Banco Bradesco S.A., com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

15. Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

	2019	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Curso normal	18.002	93.968	61.815
Em atraso	463	1.539	496
Em cobrança judicial	9	291	279
Total	18.473	95.797	62.589

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

16. Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Brasil que é composto, adicionalmente, pelas seguintes empresas: Banco RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 62.307.848/0001-15), Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 04.406.267/0001-34) e RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. (CNPJ nº 13.758.102/0001-12).

No exercício de 2020, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. reconheceu os valores elencados abaixo referente partes relacionadas:

Partes Relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Banco RCI Brasil S.A.	13.935	7.066	78	78
DIAC S.A.	-	-	133	194
RCI Banque S.A.	-	-	18	299
Total	13.935	7.066	229	571

Partes Relacionadas

	Receita/Despesa	
	2020	2019
Banco RCI Brasil S.A. (a)	(1.017)	(652)
DIAC S.A. (b)	(132)	(218)
RCI Banque S.A. (c)	(764)	(363)
Total	(1.913)	(1.232)

(a) Despesas de pessoal destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
(b) Despesas de informática destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
(c) Despesas administrativas destinado a Controladora da Administradora

17. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos períodos, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

18. Eventos subsequentes

Conforme nota explicativa nº 9.b a Administradora deliberou em fevereiro de 2021 a distribuição de dividendos a seus acionistas no montante de R\$ 1.625, após o encerramento do resultado apurado no exercício de 2020. Esse montante será liquidado no decorrer do primeiro semestre de 2021.

DIRETORIA

 Jean Philippe Jacques Maurice Vallée - **Diretor Presidente**

 Fabien Jean Michel Tournier - **Diretor Administrativo Financeiro**
CONTADORA

 Suely Cristina da Silva Lima - **CRC 1SP 155421/O-0**
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.
Santana de Parnaíba - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2020 e demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2020 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da

capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de março de 2021